

227 ✓
Recebido em 25/01/21
Carlos Augusto Vreche
Diretor Executivo-CIOP

Ao

Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Ref: Pregão nº 10/2020

Processo nº 18/2020

ARP nº 32/2020

PR. Marcel
Tarefa ciência, análise e
providências administrativas.
Carlos Augusto Vreche
Diretor Executivo-CIOP
25/01/21 ✓

PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

A empresa SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.090.977/0001-06, estabelecida na Av. Cel José Soares Marcondes, 6090 Parque Higienópolis, CEP 19.053-57, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, por intermédio de seu representante legal vem respeitosamente pedir **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DE CONTRATO**, que faz nos seguintes termos:

1. SÍNTESE DOS FATOS

O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ 18.960.233/0001-00, realizou o pregão presencial 10/2020, tendo como objeto o fornecimento de alimentos pelo período de 12 meses na qual a requerente saiu vencedora para o fornecimento dos itens licitados

Em apertada síntese, o Contrato Administrativo teve início a partir de 18/06/2020 através da assinatura do contrato com prazo de execução de 12 meses.

Ocorre, que os produtos: **Açúcar Cristal, Biscoito Crean Craker e Biscoito Maisena** do supracitado contrato, sofreram variações em seu valor, de tal modo que o

9

preço orçado não mais se compactua com o valor de mercado, uma vez que conforme se comprovará na sequência, o valor cotado à época da licitação não supre mais os custos e insumos do contrato.

2. DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Com a finalidade de comprovar o desequilíbrio econômico financeiro e demonstrar a urgente necessidade do reequilíbrio, a requerente anexou documentos (nota fiscal da época da licitação e nota fiscal atual) que comprovam a elevação dos custos do objeto contratado, uma vez que a originalmente o valor de **custo**:

- Açúcar Cristal o valor da época era R\$ 7,67 (sete reais e sessenta e sete centavos) e hoje o valor da última compra é R\$ 9,33 (nove reais e trinta e três centavos).
- Biscoito Crean Craker o valor da época era R\$ 1,96 (um real e noventa e seis centavos) e hoje o valor da última compra é R\$ 2,14 (dois reais e quatorze centavos).
- Biscoito Maisena o valor da época era R\$ 1,96 (um real e noventa e seis centavos) e hoje o valor da última compra é R\$ 2,14 (dois reais e quatorze centavos).

Os novos preços propostos são:

- Açúcar Cristal: R\$ 12,00 (doze reais)
- Biscoito Crean Cracker: R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos)
- Biscoito Maisena: R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos)

A atual situação encontrada na saúde mundial ocasionada pela pandemia do Coronavírus elevou valores de alguns produtos. Não é difícil ler notícias que tratam da alta de feijão e milho. (anexo notícia sobre o tema).

Trata-se de impeditivo para a requerente conseguir dar continuidade ao contrato firmado com a fundação, tendo em vista que o preço originalmente proposto está defasado e consequentemente, a contratada está suportando prejuízos financeiros.

Deste modo, resta evidente a necessidade do Reequilíbrio Econômico Financeiro para a manutenção do contrato.

3. DO DIREITO AO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

O reequilíbrio econômico-financeiro encontra-se previsto no artigo 65, inciso II, alínea d, da Lei Federal 8.666/93 e possibilita a alteração contratual com o objetivo de manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato:

[Assinatura]

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II – por acordo das partes:

1. d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, **na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.**” (Grifo nosso)

Ademais, o artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil, estabeleceu a garantia de norma fundamental ao equilíbrio econômico – financeiro:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Apesar da norma não prever de forma literal a expressão “equilíbrio econômico-financeiro”, aduz que deve ser mantida “as condições efetivas da proposta, nos termos da lei”.

Neste diapasão, Marçal Justen Filho preceitua que:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos **destina-se a beneficiar à própria Administração**. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A Administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando não ocorressem o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais.” JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. (São Paulo: , 2018).

Joel de Menezes Niebühr corrobora o exposto, vejamos:

✍

"A revisão é o instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da variação de custo decorrente, em linhas gerais, de eventos imprevisíveis ou de consequências imprevisíveis. (...) A Administração não reúne forças para compelir terceiros a operarem em prejuízo ou sem lucro. Então, deve-se proceder à revisão do contrato se as condições da época da proposta são alteradas, (...)." (In Licitação Pública e Contrato Administrativo, 2ª ed., pg. 895)(grifo nosso)

A ideia de equilíbrio significa que em um contrato administrativo os encargos do contratado devem equivaler ao que é pago pela Administração Pública. Por isso se fala na existência de uma equação: **a equação econômico-financeira.**

É completamente temerário manter a continuidade do contrato sem que a equação financeira prevaleça, dando espaço a preços irrisórios e insuficientes para manter as despesas mínimas da empresa contratada.

Resta demonstrada, a todas as luzes, "data vênia", o desequilíbrio na equação entre despesas e receitas, seja, o Contrato merece ser revisado, e o equilíbrio econômico financeiro deve ser realinhado.

4. REQUERIMENTOS

ISSO POSTO, requer-se:

1. A revisão do contrato para que seja implementado o reequilíbrio econômico financeiro, conforme notas fiscais de compra e provas em anexo;
2. Caso assim não entenda, requer a liberação do compromisso, liberando a empresa do fornecimento do item.

Nestes Termos;

Pede Deferimento.

Presidente Prudente, 25 de janeiro de 2021.


Alexandre Marcondes Pereira

CPF: 058.805.518-22

RECEBEMOS DE Home Brand Industria de Alimentos Ltda. OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS INDICADOS NA NOTA FISCAL ELETRÔNICA AO LADO. DESTINATÁRIO: SANNA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		Nº/Série: 10419 / 1 Emissão: 10/12/2020 Valor: 16.563,31
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

 Home Brand Industria de Alimentos Ltda. vendas@homebrand.com.br RUA MIGUEL COUTO, Nº555 Vila Pires SANTO ANDRE, SP Fone: 1149720880 CEP: 09195530	DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada <input checked="" type="checkbox"/> 1 - Saída <input type="checkbox"/> Nº 10419 Série 1 Pág 1 / 1	CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 3520 1211 5098 0500 0181 5500 1000 0134 1915 0521 8508 Consulte a autenticidade no portal da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora.
	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO 135201165119322 10/12/2020 16:54:27	
	INSCRIÇÃO ESTADUAL DE SUBST 626797115115	

NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDAS	INSCRIÇÃO ESTADUAL DE SUBST 626797115115	CNPJ/CPF 11.509.805/0001-81
--------------------------------	---	--------------------------------

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ/CPF	DATA DE EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL SANNA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA		06.090.977/0001-23	10/12/2020 16:53:38
ENDEREÇO AVEN. CEL. JOSE SOARES MARCONDES, Nº 6090		BAIRRO / DISTRITO PQ HIGIENOPOLIS	DATA SAÍDA / ENTRADA 10/12/2020 16:54:23
MUNICÍPIO PRESIDENTE PRUDENTE	UF SP	CEP 19.053-575	INSCRIÇÃO ESTADUAL 562258948118

FATURAS / DUPLICATAS	
NUMERO 10419	VALOR ORIGINAL 16563,31
VALOR DESCONTO 0,00	VALOR LÍQUIDO 16563,31
001	16.563,31 08/01/2021

CÁLCULO DO IMPOSTO	
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 6.721,46	VALOR DO ICMS 1.209,88
BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST. 1.952,19	VALOR DO ICMS SUBST. 197,31
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 16.366,00	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00
VALOR DO DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS 0,00
VALOR TOTAL DO IPI 0,00	VALOR APROX. DOS TRIBUTOS 16.563,31

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS	
NOME / RAZÃO SOCIAL TRANS BERNANDES CARGAS E ENCOMENDAS LTDA	FRETE POR CONTA 1 - CONTRATADO P/ DEST
CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO
UF SP	CNPJ / CPF 01.721.991/0003-26
ENDEREÇO RUA FREI GASPAR, 624 JD PIATININGA	MUNICÍPIO OSASCO
QUANTIDADE 520 CAIXA	ESPECIE MARCA
NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 2.818,600
	PESO LÍQUIDO 2.481,200

INFORMAÇÕES DO LOCAL DE ENTREGA	
NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF 06.090.977/0001-23
ENDEREÇO RUA JOSE CARLOS PIMENTA, Nº 220	INSCRIÇÃO ESTADUAL
MUNICÍPIO PRESIDENTE PRUDENTE	CEP 19.040-450
	FONE / FAX
	UF SP

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CODIGO	DESCRIÇÃO	NCM/SH	CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR APROX. TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. IPI
0735	BISCOITO AGUA 180X1 LEPETIT	19053100	020	5101	CX	100	20,50	2.050,00	0,00	797,25	143,51	0,00	18,00
0496	AGUA E SAL 400 G ESPECIAL	19053100	020	5101	CX	80	42,80	2.140,00	0,00	832,25	149,81	0,00	18,00
0430	BISCOITO LE PETIT CREAM CRACKER 200G	19053100	020	5101	CX	10	33,60	336,00	0,00	130,67	23,52	0,00	18,00
0492	CREAM CRACKER 400 ESPECIAL	19053100	020	5101	CX	80	42,80	2.140,00	0,00	832,25	149,81	0,00	18,00
0730	BISCOITO CREAM CRACKER 180X1 LEPETIT	19053100	020	5101	CX	100	20,50	2.050,00	0,00	797,25	143,51	0,00	18,00
0495	LEITE 400 G ESPECIAL	19053100	020	5101	CX	10	42,80	428,00	0,00	166,45	29,96	0,00	18,00
0494	MAIZENA 400 G ESPECIAL	19053100	020	5101	CX	50	42,80	2.140,00	0,00	832,25	149,81	0,00	18,00
0732	BISCOITO MAIZENA 180X1 LEPETIT	19053100	020	5101	CX	80	20,50	1.230,00	0,00	476,35	86,10	0,00	18,00
0403	MARIA 400G ESPECIAL	19053100	020	5101	CX	30	42,80	856,00	0,00	382,90	59,92	0,00	18,00
0449	BISCOITO LE PETIT TRAVESSO CHOCOLATE	19053100	020	5101	CX	30	42,80	1.284,00	0,00	656,04	154,09	0,00	18,00
0447	ROSQUINHA LE PETIT TRAVESSO COCO 400G	19053100	020	5101	CX	40	42,80	1.712,00	0,00	665,80	119,84	0,00	18,00

42,80 ÷ 20 = 2,14
ENTRADA

CÁLCULO DO ISSQN	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS
BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PEDIDO: 10558 / Condição de Pagamento: 25 DD - 25 DIAS DIRETO / Endereço de Entrega: RUA JOSE CARLOS PIMENTA 220 VILA BRASIL PRESIDENTE PRUDENTE SP CEP: 19040-450 / Total Geral da Volume: 9.24	RESERVADO AO FISCO

Alexandre
12/12/20

CPI 1356

98262

Nº/Série: 028814/1

Emissão: 30/06/2020 11:46:34

Valor: 7.726,50

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

BRYK INDUSTRIA DE PANIFICACAO
LTDA.

RUA MIGUEL COUTO, 555 - VILA PIRES

SANTO ANDRE - SP

CEP: 09195530

FONE: (11) 4972-8888

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR
DE NOTA FISCAL
ELETRÔNICA0 - ENTRADA
1 - SAIDA

1

Nº 028814

SÉRIE 1

PÁGINA 1 DE 1

CONTROLE DO FISCO



CHAVE DE ACESSO

3520 0655 2858 2900 0170 5500 1000 0288 1410 8969 1166

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135200534835835 30/06/2020 11:53:15

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL

626176333118

INSCRIÇÃO ESTADUAL DE SUBST.

CNPJ/CPF

55.285.829/0001-70

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

SANNA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

ENDEREÇO

AVEN. CEL. JOSE SOARES MARCONDES, 6090

MUNICÍPIO

PRESIDENTE PRUDENTE

FONE / FAX

(18) 3334-5400

UF

SP

CEP

19.053-575

INSCRIÇÃO ESTADUAL

562258948118

CNPJ / CPF

06.090.977/0001-23

DATA EMISSÃO

30/06/2020 11:46:34

DATA ENTRADA/SAIDA

30/06/2020 11:53:18

FATURA / DUPLICATAS

NÚMERO

28814

VALOR ORIGINAL

7.726,50

VALOR DESCONTO

VALOR LÍQUIDO

7.726,50

701 7.726,50 28/07/2020

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS

3.004,84

VALOR DO ICMS

540,88

BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST.

0,00

VALOR DO ICMS SUBST.

0,00

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

7.726,50

VALOR DO FRETE

0,00

VALOR DO SEGURO

0,00

DESCONTO

0,00

OUTRAS DESPESAS

0,00

VALOR TOTAL DO IPI

0,00

VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS

0,00

VALOR TOTAL DA NOTA

7.726,50

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

TRANS BERNANDES CARGAS E ENCOMENDAS LTDA

FRETE POR CONTA

1 - Contratado p/ Dest

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

SP

CNPJ / CPF

01.721.591/0003-26

ENDEREÇO

RUA FREI GASPAR, 624 JD. PIRATININGA

MUNICÍPIO

OSASCO

UF

SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL

492334377116

QUANTIDADE

245

ESPÉCIE

CAIXA

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

1.563,300

PESO LÍQUIDO

1.375,800

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CODIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	CODIGO DE BARRAS	NCM/SH	CT	CFOP	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR APROXIMADO DOS TRIBUTOS	BASE CÁLCULO ICMS	ICMS	ICMS	IP	ALÍQUOTA
0735	BISCOITO AGUA 180X1 LEPETIT Lote: 204259	7896189907352	19053100	020	5101	CX	4.0000	18,80	75,20	0,00	29,25	5,27	0,00	18,00	0,00
0735	BISCOITO AGUA 180X1 LEPETIT Lote: 204264	7896189907352	19053100	020	5101	CX	26.0000	18,80	488,80	0,00	190,09	34,22	0,00	18,00	0,00
0730	BISCOITO CREAM CRACKER 180X1 LEPETIT Lote: 204264	7896189907307	19053100	020	5101	CX	20.0000	18,80	376,00	0,00	149,23	28,32	0,00	18,00	0,00
0492	CREAM CRACKER 20X400 ESPECIAL Lote: 2656	7896189904924	19053100	020	5101	CX	50.0000	39,20	1.960,00	0,00	762,24	137,20	0,00	18,00	0,00
0732	BISCOITO MAIZENA 180X1 LEPETIT Lote: 204274	7896189907321	19053100	020	5101	CX	30.0000	18,80	564,00	0,00	219,34	39,48	0,00	18,00	0,00
0492	BISCOITO LE PETIT MAIZENA 200G Lote: 2632	7896189904320	19053100	020	5101	CX	5.0000	30,90	154,50	0,00	60,09	10,82	0,00	18,00	0,00
0494	MAIZENA 20X400 G ESPECIAL Lote: 2610	7896189904948	19053100	020	5101	CX	100.0000	39,20	3.920,00	0,00	1.524,49	274,41	0,00	18,00	0,00
0731	BISCOITO MARIA 180X1 LEPETIT Lote: 204274	7896189907314	19053100	020	5101	CX	10.0000	18,80	188,00	0,00	73,11	13,18	0,00	18,00	0,00

39,20 ÷ 20 = 1,96

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS

BASE DE CÁLCULO DO ISSQN

VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Redução da base de cálculo de 61,11% conforme Art 3, inciso 20, Anexo II do RICMS / PEDIDO: 50353 / Condicao de Pagamento:
28 DD - 28 DIAS DIRETO / Endereço de Entrega: RUA JOSE CARLOS PIMENTA 220 VILA BRASIL PRESIDENTE PRUDENTE SP
CLP: 19040-450 / Total Geral da Volume: 5,62

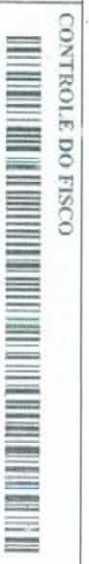
RESERVADO AO FISCO

Obs: Seção 1 CX Cream Cracker 180X1, Falta
1CX Maizena 180X1, Autorizado por Kurly
ca 90843 CP11324



USINA SANTA ISABEL SA
Inscr. IAA nº 21.341.150/0579
FAZENDA TRES PONTES, SN - Bairro TRES PONTES
NOVO HORIZONTE - SP - CEP: 14960000
Escritório Central: RUA TRAJANO MACHADO 1343
PABX: 175439100 FAX: 175439107
www.usinasantaisabel.com.br

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA
NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
Nº 340346
Série 1 Folha 1 / 1



CHAVE DA NF-e
3520.0647.5246.3200.0118.5500.1000.3403.4618.2786.2679

Consulta da autenticidade no site WWW.NFE.FAZENDA.GOV.BR

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
135200498695636 18.06.20 18.07.28

NATUREZA DE OPERAÇÃO: VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO
CROP: 5101
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 483005728116
I.E. DO SUBST. TRIBUTÁRIO:
CNPJ: 47.524.632/0001-18

NOME / RAZÃO SOCIAL: SANNA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 06.090.977/0001-23
ENDERECO: AVENIDA CEL JOSE SOARES MARCONDES,6090
BAIRRO: PARQUE HIGIENOPOLIS
MUNICIPIO: PRESIDENTE PRUDENTE
FONE/FAX: 183345400
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 562258948118
CEP: 19.053-575
DATA EMISSÃO: 18/06/2020
DATA SAÍDA/ENTRADA: 18/06/2020
HORA SAÍDA/ENTRADA: 18:05

FATURA	NÚMERO	VENCTO	VALOR	NÚMERO	VENCTO	VALOR	NÚMERO	VENCTO	VALOR	NÚMERO	VENCTO	VALOR
340346 A	18/07/2020	1.763,34	340346 C	30/07/2020	1.763,33							
340346 B	23/07/2020	1.763,33										

BC DO ICMS:	2.057,28	V. DO ICMS:	370,31	BC DO ICMS DE SUBS:	0,00	V. ICMS SUBS:	0,00	V. PRODUTOS:	5.290,00
V. DO FRETE:	0,00	V. DO SEGURO:	0,00	OUTRAS DESP:	0,00	V. IPI:	0,00	V. DA NOTA:	5.290,00

RAZÃO SOCIAL: SANNA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ENDERECO: AVENIDA CEL JOSE SOARES MARCONDES
MUNICIPIO: PRESIDENTE PRUDENTE
PLACA VEICULO: EVF9884 SP
CNPJ/CPF: 06.090.977/0001-23
I.E. R.G.: 562258948118

QUANTIDADE:	115	ESPECIE: FARDOS	MARCA: STAISABEL	NÚMERO:	4137862	PESO BRUTO:	3.470,000	PESO LÍQUIDO:	3.450,000							
COD		DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS, SE E VIGOS														
35		ACCAR CRISTAL ESPECIAL CLASSE CRISTAL BRANCO - FA K205 6X5 KG - SAFRA - 2020/2021	17019900EX01	026	5104	QTD	115,000	V. UNICADA 46,60060	V. TOTAL 5.290,00	BC ICMS 2.057,28	BC ICMS ST 0,00	V. ICMS 370,31	V. ICMS ST 0,00	V. IPI 0,00	ALIQ ICMS 18,00	ALIQ IPI 0,00
D 4600 ÷ 6 = 767																
ENTRADA 18/06/20																

OBSERVAÇÕES:
SACROSSE QUIMICAMENTE PURA - IPI TRIBUTADO A ALÍQUOTA 0% - CONFORME DECRETO N.º 7947/2013 (ITPI) - MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0004651-5/2012.4.03.6106 - REDUÇÃO DA ALÍQUOTA A 0% PIS/COFINS CONFORME LET 128/2013. NÃO SERÁ ACEITO DEVOLUÇÃO DA MERCADORIA APÓS DECORRIDO O PRAZO DE 15 DIAS DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL - BASE DE CÁLCULO DO ICMS REDUZIDO EM 61,11% NOS TERMOS DO ART. 5º - INCISO V DO ANEXO II E ART. 51 DO DECRETO 45.490 - 30/11/00. OBS - CARREGAMENTO EFETUADO CONFORME "ORDEM DE CARGA" N.º 000028534 DE 18/06/20 - CGC MAPA SP 00201049 - COT 15 L 200618NH - A - 000914.

Informações Adicionais de Interesse do Fisco: CONTINUAÇÃO DE AT N
03/2007 DE 19/11/2007
EUF-9884
Wagner



235
8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS ITENS 03 -AÇÚCAR CRISTAL; 06 - BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER E 07 - BISCOITO DE MAISENA, E ALTERNATIVAMENTE A RESCISÃO DOS ITENS

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente aos itens 03 -AÇÚCAR CRISTAL; 06 - BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER E 07 - BISCOITO DE MAISENA, e alternativamente a rescisão dos itens, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço dos itens 03 -AÇÚCAR CRISTAL; 06 - BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER E 07 - BISCOITO DE MAISENA, registrado na ata do Pregão Presencial nº 10/2020 de R\$ 9,80 para R\$ 12,00, de R\$ 2,40 para R\$ 2,80 e de R\$ 2,40 para R\$ 2,80, e juntou documentos em fls. 231/ 234(notas fiscais).

3. Os documentos ora analisados é a solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente aos itens 03 -AÇÚCAR CRISTAL; 06 - BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER E 07 - BISCOITO DE MAISENA, recebido/protocolado em 02/02/2021, bem como os documentos de fls. 231/ 234(notas fiscais).



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 03 -AÇÚCAR CRISTAL; 06 - BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER E 07 - BISCOITO DE MAISENA, e alternativamente o seu cancelamento sob a justificativa da instabilidade no mercado ante a pandemia do COVID-19.

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA solicita o reequilíbrio econômico-financeiro dos 03 -AÇÚCAR CRISTAL; 06 - BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER E 07 - BISCOITO DE MAISENA que logrou vencedora do item na licitação em epígrafe, possui como fundamento de sua exordial o argumento de que houve um aumento do preço dos itens em razão da pandemia do COVID-19 sendo este fortuito e inopinado.

8. Embasa o seu pedido com base na Constituição Federal, Lei de Licitações, assim como em Doutrina.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 231/ 234 (notas fiscais).

10. Eis a síntese do acostado às fls. 227/234.

11. Instrui o pedido de sua exordial com fulcro na pandemia COVID-19 e o seu impacto na economia. Argumenta que houve um aumento de preço sendo necessário a sua recomposição.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

12. Inicialmente se faz mister conceituar o Sistema de Registro de Preço, que é um processo licitatório, em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público em Ata pactuam na manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido. Possui como vantagem desse sistema que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de 01 (um) ano de validade do certame. Assim variações no preço dos itens ofertados é esperado que ocorra, devendo serem estes considerados àqueles que participam do certame e em sua proposta, existindo uma diferença entre a o lucro real e o esperado.

13. Doravante quanto a pandemia do COVID-19, é importante lembrar que o surto da doença iniciou em 2019, sendo que em fevereiro de 2020 a União publicou a Lei nº 13.979/2020 estabelecendo as diretrizes gerais para o enfrentamento do surto. Sendo que 11 de março¹ a OMS declarou instaurada a pandemia.

14. Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação econômica, ante de já estar instituído a época o cenário de crise. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

15. Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

16. Conforme o Tribunal de Contas da União:

¹ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml> Acesso em 13 de julho de 2020



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

17. Não demonstra em seu pedido o nexo entre estas demonstrando como esta impacta a economicamente o adimplemento da ata, apenas junta notas fiscais.

18. Trata-se de um risco intrínseco ao negócio, devendo estes ser precificados na decisão da participação da oferta pública exarada, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

19. Conforme manifesta a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

A despeito de divergências de posicionamentos entre a fiscalização e a SDG, sequer a vantajosidade inicial do ajuste havia ficado comprovada, sendo que esta situação somente se agravou com a concessão de reequilíbrios econômico-financeiros desprovidos de justificativas consistentes.
(...)



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

No caso da contratação com a empresa Lukarmona, o pedido foi baseado na "instabilidade econômica do país" e, no caso da empresa Fridel, solicitou-se o realinhamento sob o argumento de que os produtos estariam na entressafra. Contudo, a meu ver, não restou comprovada a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso de força maior, caso fortuito ou força do príncipe, a ensejar a concessão de reequilíbrio. As situações descritas nas justificativas estão inseridas na álea econômica ordinária, e devem ser suportadas pela empresa, eis que oscilações normais decorrentes de sazonalidade são totalmente previsíveis e devem ser levadas em consideração pelas empresas quando formulam suas propostas, especialmente para fornecimento pelo prazo de 12 meses. (TC-001040/003/12 TC-001037/003/12 TC-001038/003/12 TC-001039/003/12 TC-028291/026/11, Substituto de Conselheiro Josué Romero, Segunda Câmara, Sessão: 3/2/2015) Grifo e negrito nosso.

20. Assim para que a Administração admita o reequilíbrio, em um certame com prazo curto e que transcorre inteiramente no período de pandemia, deverá o pedido ser instruído de forma minuciosa com o alegado. Confunde em seu requerimento o equilíbrio contratual com o equilíbrio do contratado, devendo este analisar a matriz de risco do negócio para considerar os encargos a serem suportados na atual situação econômica.

21. Não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço da empresa SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "aumento de preço", uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais. Sobre estas pontuo, resumidamente: Notas Fiscais não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

22. É necessário de uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas. Em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar a revisão de preços. Razão pela qual a parte interessada deve instruir o pedido com algum documento que reflita algumas das situações que foram expostas nas alíneas acima, porém, no presente caso, não o fez.

23. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

24. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa,



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

25. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque "uma das



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta". (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

26. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

27. Por consequência, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega dos itens em que a empresa SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

28. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

II – Pelo indeferimento do pedido de rescisão contratual dos itens em que a empresa SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 22 de fevereiro de 2021.


Dra. MARIA HELOISA DA SILVA CUVOLO
Diretora Jurídica

MEMORANDO INTERNO Nº 38/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro dos itens – Pregão Presencial – SRP – nº 10/2020 – Ata nº 32/2020

Interessado: Sanna Comércio de Alimentos Ltda

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 235/243, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro dos itens 03 – AÇUCAR CRISTAL; 06 – BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER e 07 – BISCOITO DE MAISENA.

Presidente Prudente, 02 de março de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro dos Itens – Pregão Presencial – SRP – nº 10/2020 – Ata nº 32/2020

Interessado: Sanna Comércio de Alimentos Ltda

Trata-se de solicitação (fls.227/234) de reequilíbrio econômico financeiro dos itens 03 – AÇUCAR CRISTAL; 06 – BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER e 07 – BISCOITO DE MAISENA, registrado na Ata de Registro de Preços nº 32/2020, alegando, em síntese, a instabilidade no mercado ante a pandemia do Covid-19.

O Setor Jurídico às fls. 235/243, opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico – financeiro dos itens, por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela **SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 06.090.977/0001-06**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 02 de março de 2021



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP

246
D

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: solicitação de reequilíbrio econômico financeiro dos itens 03,06 e 07. ARP nº 32/2020. Pregão Presencial nº 10/2020. Interessada: **SANNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 06.090.977/0001-06**. Decisão: Delibero pelo NÃO ACOLHIMENTO do pedido de reequilíbrio econômico financeiro dos itens: 03 – AÇÚCAR CRISTAL; 06 – BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER e 07 – BISCOITO DE MAISENA, conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo do CIOP. Pres. Prudente, 02 de março de 2021.

